

---

# Justiça social, igualitarismo e inveja: a propósito do livro de Gonzalo Fernández de la Mora

Eduardo O. C. Chaves(\*)

Este trabalho é uma resenha, mas não uma resenha comum: é também um artigo — se bem que um artigo que não teria sido escrito se eu não houvesse lido o livro resenhado: *Egalitarian Envy: the Political Foundations of Social Justice*, do autor espanhol Gonzalo Fernández de la Mora.<sup>1</sup>

Há várias razões para que o trabalho seja algo menos e algo mais do que uma simples resenha. Não discuto nem descrevo o conteúdo de todos os capítulos ou partes do livro. O que descrevo e discuto não é apresentado na ordem em que o autor colocou o assunto. Não me limito a citar ou parafrasear o autor (embora faça também isso). Uso seus argumentos livremente, reforçando-os, quando necessário, deixando-os de lado, quando me parecem fracos demais. Apelo para fatos e argumentos não mencionados, certamente (no caso dos fatos) porque não haviam acontecido ainda, como a debacle do comunismo no Leste Europeu e sua crise na União Soviética. Deixo-me levar pelo argumento do autor, faço minhas suas idéias — até porque minhas já o eram, de certa forma, há muito tempo, embora de maneira um tanto difusa e não tão claramente articulada. Ao final, vou além do livro ao discutir alguns problemas da juventude e da universidade brasileira, embora sempre tome como ponto de partida observações do autor.

## Desejo e felicidade

O desejo é a energia básica que alimenta a evolução humana. O que chamamos de felicidade é o estado criado pela satisfação de nossos desejos: ficamos felizes quando os nossos desejos são realizados e infelizes quando não o são. A experiência nos mostra que, via de regra, desejamos o maior grau possível de felicidade — um estado em que todos os nossos desejos são satisfeitos — e que temos cada vez mais desejos (pp. 118-120).

Na verdade, nossa felicidade não depende necessariamente de bens materiais ou objetivos: depende, fundamentalmente, de nossos desejos. Se estes são poucos, e facilmente realizáveis, seremos felizes. Caso contrário, não (p. 88). Quem nada deseja, não tem como ser infeliz, pois não terá nenhum desejo frustrado ou contrariado. O asceta, definido como aquele que conscientemente procura reduzir os seus desejos a um mínimo, é, devemos presumir, tanto mais feliz quanto menos deseje (p. 118)<sup>2</sup>.

---

(\*) Professor-titular do Departamento de Filosofia e História da Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP.

Por outro lado, há uma relação estreita entre felicidade, de um lado, e conhecimento e imaginação, de outro ou, melhor dizendo, entre felicidade e ausência de conhecimento e imaginação. Isto porque não podemos desejar aquilo de que não temos conhecimento ou que somos incapazes de imaginar: só o (de alguma forma) conhecido ou imaginado pode ser objeto do desejo. Assim sendo, quem ignora as várias possibilidades que a vida oferece, tem os seus desejos circunscritos por sua falta de conhecimento e imaginação, e pode, por causa disso, ser mais feliz do que quem muito conhece ou imagina, e, em conseqüência, muito deseja, mas não tem como satisfazer os seus desejos.<sup>3</sup>

É preciso ressaltar, porém, que, embora o asceta, o ignorante e o não-imaginativo (que têm poucos desejos) possam ser felizes, sua felicidade é negativa e estéril, por decorrer do fato de que (conscientemente ou não) pouco desejam. Sua ética (no caso do asceta) e seu comportamento são involutivos, não levam à evolução humana. Progresso e desenvolvimento humano são frutos do desejo, não da felicidade causada pela supressão ou ausência de desejos, são conseqüência da ética e do comportamento daqueles que observam ou imaginam estados e coisas que não possuem e decidem atingi-los ou consegui-los.

Em uma sociedade complexa como a nossa, uma das principais fontes a sugerir novos objetos de desejo à nossa imaginação é a visão de outras pessoas: a observação do que elas são, de como agem, do que possuem.<sup>4</sup> Nesse processo, apercebemo-nos de que os outros são diferentes, que agem de forma diversa, que exercem outras atividades, que possuem coisas que não possuímos.

Essa percepção da diversidade dos outros não teria maior significado se não fosse freqüentemente acompanhada de uma avaliação: concluímos (com ou sem razão) que os outros são mais felizes do que nós, que são não só diferentes, mas melhores; que têm não só coisas diferentes, porém mais e melho-

res coisas etc. Não é importante, nesse contexto, que os outros realmente sejam mais felizes do que nós: basta que achemos que são.

Esse desejo de alcançar uma felicidade superior que atribuímos a outrem não é, em si mesmo, necessariamente negativo. Pode ser até positivo: “O *Homo sapiens* estaria ainda aguardando uma mutação genética que lhe permitisse sair da era paleolítica se os humanos fossem totalmente insensíveis à superioridade da felicidade, real ou imaginada, dos outros” (p. 118).

Na verdade, face à possibilidade de que os outros possam ser mais felizes do que nós, é possível assumir uma de três atitudes:

- a) desejar ser como os outros, agir como eles, possuir as coisas que possuem — essa a atitude de *emulação*;
- b) aceitar nossa (real ou suposta) inferioridade — essa a atitude de *resignação*;
- c) desejar que os outros percam aquilo que têm e que desejamos — essa a atitude de *inveja*.

A atitude de emulação é positiva<sup>5</sup>, a atitude de resignação é, de certa forma, neutra (podendo eventualmente assumir aspectos negativos e positivos<sup>6</sup>), e a atitude de inveja é negativa<sup>7</sup>. A emulação é, em parte, a mola propulsora do progresso e do desenvolvimento humano. A inveja, porém, leva à estagnação e, eventualmente, à involução. É a inveja que é objeto de mais cuidadosa análise no livro de Fernández de la Mora<sup>8</sup>

## Inveja e justiça social

A inveja tem sido associada, historicamente, tanto ao sentimento de tristeza que a felicidade dos outros causa ao invejoso como ao sentimento de alegria que este sente ao ver a miséria daqueles que inveja. Tanto um como outro sentimento são conscientes, visto

que envolvem razoável grau de cognição e avaliação. Mas o sentimento de inveja, não importa a sua variante, jamais se admite como tal: é sempre ocultado, dissimulado, mascarado de algum outro sentimento.

Hoje em dia, o sentimento pelo qual a inveja pretende passar, a maior parte do tempo, é o de justiça — não a justiça no sentido clássico, que significa dar a cada um o que lhe é devido<sup>9</sup>, mas a justiça em um sentido novo e deturpado, qualificado de “social”, que significa dar a cada um uma parcela igual da produção de todos — ou seja, igualitarismo<sup>10</sup>.

Um postulado fundamental da “justiça social” defende que uma sociedade é tanto mais justa quanto mais igualitária (não só em termos de oportunidades, mas também em termos reais). “Justiça social” é, portanto, o conceito político-chave para o invejoso, pois lhe permite mascarar de justiça (algo nobre, ao qual ninguém se opõe) seu desejo de que os outros perciam aquilo que têm e que ele deseja para si, mas não tem competência ou *élan* para obter. O objetivo da “justiça social” é transformar todos em iguais<sup>11</sup>.

Quando organizada e levada às últimas conseqüências, a inveja, travestida de “justiça social” com o igualitarismo como seu objetivo, conduz ao autoritarismo estatal e mesmo à força e à violência para expropriar os invejados daquilo que têm e que os invejosos, não podendo produzir ou obter por meios legítimos, preferem roubar ou destruir.

Taxação progressiva visando a distribuição de renda é a mais comum dessas medidas de força. Nacionalização, estatização, desapropriação, empréstimo compulsório, confisco, são outras medidas expropriatórias geralmente empregadas com a mesma finalidade: não necessariamente enriquecer os mais pobres (algo difícil, que exige a cooperação destes, caso contrário eles, *mesmo que repentinamente ricos, se empobrecem de novo*<sup>12</sup>, mas empobre-

cer os mais ricos (algo mais fácil, pois é feito pela força). O igualitarista, como disse Mme. de Staël, prefere a igualdade do inferno à hierarquização do céu (pp. 48, 107)<sup>13</sup>.

Quais as conseqüências dessa visão deturpada de justiça?

“Uma primeira conseqüência desse conceito *ad hoc* de justiça é que aqueles em posição superior passam a ser vistos como vis exploradores e aqueles em posição inferior passam a se considerar como inocentes explorados. ... Um segundo corolário é que os que são superiores precisam ser expropriados e seus bens distribuídos entre os inferiores. O desapossamento forçado dos superiores e capazes, e o esperado enriquecimento dos fracassados e impotentes, permitem a realização da suprema ambição do invejoso. Embora na prática a promoção dos inferiores nunca ocorra, é possível tentar, e às vezes conseguir, alcançar a verdadeira essência da inveja: o rebaixamento e a humilhação do invejado” (p. 93).

A luta pelo igualitarismo se tornou verdadeira cruzada a se alimentar do sentimento de inveja. Várias ideologias procuram dar-lhe suporte. A marxista é, hoje, a principal delas. A desigualdade é apontada como arbitrária e mesmo ilegal, como decorrente de exploração de muitos por poucos. Assim, o que é apenas desigualdade passa a ser visto como iniquidade. Promete-se “redistribuição de riquezas” — eufemismo para expropriação<sup>14</sup>. A consciência por vezes pesada do invejoso (este sim o verdadeiro espoliador) se dissolve no inconsciente coletivo e irresponsável das massas organizadas em partidos e comandadas por demagogos que sabem o que estão fazendo e esperam vir a ser os distribuidores da riqueza quando estiverem encastelados no Ministério da Economia. O igualitarismo se tornou o ópio dos invejosos. Estes, como viciados, tornaram-se presa fácil de exploradores. Mas não são os ricos que os exploram:

os traficantes desse ópio são políticos igualitaristas demagógicos (demagógicos, sim, porque, embora traficantes, geralmente não são, eles mesmos, viciados, até porque sabem muito bem o quanto é bom ser deputado ou senador, vestir Pierre Cardin e ter apartamento em Paris).

Os defensores do igualitarismo são freqüentemente vagos quando lhes é perguntado o que entendem por "igualdade". Achrom eles que todos nascemos iguais? Acreditam que não há pessoas superiores e inferiores em termos de inteligência, força de vontade, capacidade de trabalho? Defendem realmente a tese de que a sociedade deve ser absolutamente sem classes e isenta de distinções hierárquicas e que todos devem ocupar posições sociais idênticas? E o que dizem sobre igualdade econômica?

São essas (e muitas outras) questões que o autor esclarece em alguns capítulos, aos quais dedico atenção na próxima seção.

## Igualitarismo

No primeiro parágrafo do seu famoso *Discours sur l'Origine de l'Inégalité* (1754)<sup>15</sup> Rousseau afirma que "a natureza estabeleceu igualdade entre os homens e eles estabeleceram desigualdade". Esse mito virou dogma, um dogma totalmente falso, apesar de incorporado na *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776), na forma de *all men are created equal*, e na *Declaração dos Direitos do Homem* da Revolução Francesa (1793), na forma de *tous les hommes sont égaux par la nature*.

"A verdade é exatamente o oposto: a natureza, que é hierárquica, cria todos os homens desiguais, e a sociedade, que homogeniza, tenta fazer todos os homens semelhantes e luta para erradicar suas peculiaridades individuais" (p. 177; cf. 129).

Em primeiro lugar, *igualdade biológica* não existe: simplesmente não é verdade que todos nascemos iguais (pp. 177-80):

"Há bebês que nascem prematuramente e há os que nascem depois da hora, os sadios e os doentes, os com grande e os com pouco apetite, os barulhentos e os quietinhos. Cada ser humano é um microcosmo com diferentes capacidades, cada um tem um código genético insubstituível que revela, quando desenvolvido, aptidões e vocações extremamente variadas. Todos nós nascemos diferentes e, tão logo as primeiras avaliações são feitas no jardim da infância, descobrimos que uns são fortes, outros fracos, uns determinados, outros abúlicos, uns mostram sinais de gênio, outros de retardamento. Quase todas as qualidades superiores dos seres humanos estão distribuídas em uma curva de Gauss onde nenhum ponto é compartilhado por mais de uma pessoa. A desigualdade é absoluta entre os humanos e é graduada entre extremos de trágica contradição, como o gênio e o retardado mental, o atleta e o deficiente físico. Duas crianças, filhos dos mesmos pais, criadas no mesmo ambiente, desenvolvem personalidades diferentes, por vezes antípodas, assim que o seu comportamento se torna público. Essas diferenças se tornam até mesmo mais complexas quando elas compartilham os mesmos livros e professores. É absolutamente falso que a natureza crie todos os homens iguais, a verdade é que a natureza nos coloca no mundo com capacidades dessemelhantes, que obviamente podem ser avaliadas hierarquicamente. A hipotética homogeneidade proclamada por Rousseau é contraditada pelos fatos trazidos à luz pela genética, psicologia e fisiologia: é uma ficção..." (p. 177).

Em segundo lugar, não é verdade que a sociedade institucionalize desigualdades:

“Pelo contrário, cada sociedade faz um esforço determinado para equalizar todos. Ela começa por estabelecer uma linguagem, com regras morfológicas, fonéticas e sintáticas rígidas. ...Essa uniformidade lingüística também exige um semelhante conjunto de regras para o pensar. ... Ao mesmo tempo, regras de comportamento são estabelecidas. ... A medida que o adolescente vai crescendo, a sociedade lhe oferece uma idéia da história e uma definição do belo, do bom e do verdadeiro. Quem se desvia desses critérios sociais se torna um excêntrico, um rebelde, e, em casos extremos, um delinqüente. A sociedade possui um epíteto revelador para quem quer que seja que resista a essa coerção niveladora do ambiente: o mal-ajustado” (pp. 177-78).

A verdade está é com o poeta que disse que todos nós nascemos originais — mas a maioria morre uma cópia! (p. 178)<sup>16</sup>.

Os igualitaristas tentam responder afirmando que não é identidade biológica que pretendem, ou que pretendia Rousseau, mas *igualdade social e política*. Mas também esta é impossível. Mesmo que nascimento ou riqueza sejam eliminados como fonte de hierarquização. (i. e., de desigualdade) social, a sociedade tem os que governam e, portanto, detêm poder político, e os que são governados e, assim, continua sendo hierárquica. Fora da esfera política, nas ciências, nas artes, nos esportes, nas várias profissões, há sempre os que são melhores e se destacam (ou porque são mais bem-dotados ou porque se esforçam mais) e não há como evitar sistemas de gradação e hierarquização. Nem mesmo a mais despótica coerção pode evitar que alguns tenham desempenho superior ao de outros. A desigualdade de desempenho e produção leva à desigualdade de compensação. Mesmo que o Estado procure deliberadamente suprimir toda e qualquer forma de distinção, as

pessoas, individualmente, reconhecem os melhores médicos, professores, engenheiros, artistas, esportistas etc. As pessoas só vão assistir a uma peça de má qualidade quando não têm alternativa. Se têm, vão pagar para ver as melhores, que, conseqüentemente, vão propiciar mais e melhores oportunidades de trabalho (pp. 180-83).

Cabe perguntar se é possível haver *igualdade econômica* (pp. 172-76). Pode parecer possível impor, através de uma série de medidas coercitivas (nacionalização de todos os meios de produção, abolição da propriedade privada e do direito de herança, eliminação de juros sobre o capital, e obrigatoriedade de salário único para todos) *igualdade monetária*, isto é, fazer com que todos recebam a mesma quantidade de dinheiro. Contudo, mais de meio século de comunismo nos tem mostrado ser praticamente impossível impor sequer a igualdade monetária. A experiência dos regimes comunistas tem comprovado que um certo nível de propriedade privada, inclusive dos meios de produção, de possibilidade de transmissão de bens por herança, de pagamento de juros sobre economias, de incentivo e diferenciação salarial são indispensáveis para a economia de uma sociedade<sup>17</sup>.

Mas, mesmo que a igualdade monetária fosse possível, ela não traria igualdade econômica. A área econômica tem outras dimensões além da monetária. Com a mesma quantia de dinheiro as pessoas podem usufruir diferentes tipos e níveis de bem-estar, fornecidos, por exemplo, em espécie. O dinheiro é apenas uma potencialidade que nos permite adquirir bens e serviços. Se é possível dispor de bens e serviços sem necessidade de dinheiro próprio, como é o caso entre os que governam, o dinheiro passa a significar pouco. Os governantes podem até ter salários semelhantes ou idênticos aos dos peões, mas via de regra dispõem de uma diversidade enorme de bens de alto custo e de serviços onerosos. Na ver-

dade, sempre que se procura impor um certo nível de igualdade monetária entre governantes e governados, a tendência tem sido radicalizar as desigualdades (não monetárias, mas certamente econômicas) inerentes ao poder (pp. 182-83)<sup>18</sup>.

Mas, se igualdade biológica, igualdade social e política, e igualdade econômica, todas elas igualdades substantivas, são impossíveis, seria possível *igualdade de oportunidades* (pp. 166-72), que é uma igualdade formal?<sup>19</sup> Esta é possível, mas apenas em alguns casos. E, antes de discuti-la, é bom esclarecer o que realmente está implicado na igualdade de oportunidades. Para usar uma metáfora, ela implica, apenas, que na corrida da vida ninguém deve sair na frente (no tempo ou no espaço): todos têm que sair juntos (ao mesmo tempo e do mesmo lugar). A igualdade de oportunidade não busca impedir que uns cheguem na frente de outros, por capacidade inata, treino ou esforço. Pelo contrário: sua razão de ser está em verificar quem é que chega na frente, mesmo quando todos começam juntos, no mesmo momento e lugar<sup>20</sup>.

Isto dito, é forçoso admitir que, mesmo que ela seja colocada como um ideal, é muito difícil obter, na prática, real igualdade de oportunidades:

“Circunstâncias temporais, geográficas e de família colocam os indivíduos em condições iniciais mais ou menos favoráveis. Essa disparidade inicial determina profundas e prolongadas diferenças. O exemplo arquetípico é o contraste entre as possibilidades de auto-realização do filho de um mendigo e de um homem rico. Essa desigualdade fortuita pode marcar uma vida para sempre” (p. 181).

Também não é possível, através de ação governamental, remover todas as vantagens no começo da vida das pessoas, de modo a fazer com que todos comecem do mesmo ponto:

“A maioria (das vantagens) é ine-

vitável. Ninguém tem a mesma oportunidade mental, pois todos nascemos mais ou menos inteligentes, mais ou menos neuróticos. Ninguém vai compartilhar as mesmas oportunidades históricas, a menos que sejamos capazes de cancelar o progresso que permite que alguns nasçam em um mundo que tem uma civilização mais ou menos avançada e um patrimônio mais ou menos rico. Ninguém vai compartilhar as mesmas oportunidades dentro de uma nação, a menos que o nível econômico e cultural da nação seja equalizado” (p. 181).

Na verdade, a igualdade de oportunidades que é possível obter é uma igualdade mais negativa do que positiva, mais formal do que substantiva:

“A igualdade de oportunidades possível se reduz à exigência de que, dentro de uma sociedade, e em um momento determinado, ninguém seja forçado a retroceder de sua posição, nem impedido de avançar, por causa de seus antecedentes familiares” (p. 181).

Mas essa igualdade de oportunidades parte da desigualdade real dos indivíduos:

“Mesmo quando essa restrita igualdade de oportunidades é obtida, temos ainda que lidar com as insuperáveis desigualdades que carregamos conosco, como a capacidade intelectual e moral, as condições em que nascemos e vivemos, a chance. Não é a mesma coisa nascer na Suíça ou no Congo, ou nascer antes ou depois de um dado evento histórico. As oportunidades no Golfo Pérsico não são as mesmas antes e depois da descoberta e exploração de petróleo, da mesma forma que as oportunidades de boa saúde eram muito diferentes antes e depois da descoberta de antibióticos” (p. 181).

A igualdade de oportunidades, além de partir de desigualdades reais, acaba constituindo um novo nível de desigualdade e estratificação — a desigual-

dade baseada no mérito, a meritocracia, como bem assinalou Michael Young no seu livro *The Rise of the Meritocracy 1870-2033*<sup>21</sup>. A estratificação meritocrática acaba por produzir mais ressentimento e inveja do que outras desigualdades. Quando não há igualdade de oportunidades, aqueles que não são os melhores sempre podem colocar a culpa na falta de oportunidades, nas circunstâncias da vida. Em uma sociedade em que há igualdade de oportunidades, eles têm que enfrentar de frente a sua inadequação. A conclusão de Young é que “a injustiça educacional permitia que o povo mantivesse suas ilusões, a desigualdade de oportunidades alimentava o mito da igualdade humana”. O aparecimento de oportunidades iguais destruiu as ilusões e implodiu o mito.

Embora frequentemente embutida na igualdade de oportunidades, é importante mencionar a *igualdade diante da lei* (pp. 157-60). A *Declaração dos Direitos do Homem* da Revolução Francesa afirma: “Todos os homens são iguais pela natureza e diante da lei”, e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948 reitera que “todos são iguais diante da lei” (p. 157). É possível obter igualdade diante da lei? Sim, no sentido de que os juízes, em suas decisões, devem levar em conta o comportamento livre das pessoas e não as suas características involuntárias, como raça, sexo, ou posição social dos pais (p. 181).

É necessário mencionar, porém, um fato bastante óbvio: essa igualdade (formal) diante da lei acaba criando desigualdades reais, visto que nos obriga a distinguir o inocente do criminoso, a absolver alguns e a punir outros (p. 181).

A igualdade de oportunidades e a igualdade diante da lei (nos sentidos especificados) são as únicas igualdades possíveis. Mas, longe de pressupor ou postular igualdade real, elas partem do fato inegável da desigualdade, e tampouco fazem com que os seres hu-

manos desiguais se tornem iguais, mesmo que (relevando as dificuldades) sejam plenamente observadas.

O máximo a que se pode chegar — e essa é uma concessão do autor do livro — é limitar, no extremo inferior, as margens da desigualdade. Isso seria feito estabelecendo, além da igualdade de oportunidades e diante da lei, um *limite mínimo* de poder político e econômico para cada cidadão. O mínimo de poder político seria caracterizado por seus direitos fundamentais; o mínimo de poder econômico por uma renda familiar compatível com o nível de desenvolvimento da sociedade<sup>22</sup>. Mas não é possível na prática, nem desejável, fixar *limites máximos*. Esses limites máximos cerceariam os mais nobres e poderosos incentivos que já foram criados para a realização pessoal, para o progresso social e para o desenvolvimento econômico.

A conclusão é que o igualitarismo substantivo (biológico, social e político, econômico) não é nem mesmo uma utopia, isto é, algo difícil de alcançar, mas desejável: é, isto sim, um pesadelo. Todas as vezes que se tentou implantá-lo, o resultado inevitável foi involução econômica e cultural, como bem atestam hoje os países do Leste Europeu e a União Soviética (p. 186)<sup>23</sup>.

## Desigualdade, liberdade, minorias e progresso

A desigualdade (biológica, social e política, econômica) entre os homens é inevitável. Por outro lado, os bens materiais e sociais disponíveis são inevitavelmente limitados. Assim sendo, se for mantido um clima de liberdade na sociedade, uns sempre serão e/ou terão mais do que os outros (porque são mais capazes, ou se esforçam mais, ou têm mais sorte, ou tudo isso combinado)<sup>24</sup>.

Nessas circunstâncias, é virtualmente inevitável que a maioria se sinta inferior a certas minorias, e que as inveje.

O progresso de uma sociedade ou de uma nação depende de minorias criativas e determinadas, agindo em clima de liberdade, não do povo em geral. O que de melhor um governo pode fazer para uma sociedade é não atrapalhar, não impedir que apareçam as soluções para os problemas, não dificultar que sejam implementadas, assim que apareçam. Um governo faz muito quando não atrapalha, e, assim, incentiva, pelo clima de liberdade, o aparecimento de minorias criativas (pp. 100-103).

Fernández de la Mora se vê forçado a repetir o tema à exaustão:

“A qualidade de uma sociedade depende de sua capacidade de produzir personalidades eminentes” (p. 98; cf. ix).

“A direção e o ritmo do progresso humano não dependem das massas, mesmo que elas sejam centenas de milhões. Dependem, isso sim, de minorias superiores” (p. 100; cf. ix).

“Os protagonistas do progresso da humanidade não são as massas uniformes, mas, sim, os espíritos superiores, os mais diferentes” (p. 178).

“A espécie (humana) progride graças aos esforços dos que possuem personalidades mais agudas e afiadas, daqueles que se recusam a repetir o que veio antes — os inventores” (p. 183).

Não seria preciso repetir tantas vezes a mesma idéia, se olhássemos para a história. Quantas vezes uma nação passou de um estado de miséria para um estado de desenvolvimento e relativa prosperidade, em poucos anos, apenas em decorrência de mudança de liderança, a massa da população permanecendo inalterada? (p. 100).

Posso imaginar as feições de alguns leitores deste artigo: “Mas esse livro é elitista!”. Sem dúvida, *desavergonhadamente* elitista. Destaco a palavra “desavergonhadamente”. Um dos maiores malefícios psicológicos da

“inveja igualitária” é levar os mais brilhantes membros da sociedade a tentar esconder a sua competência, ou a lhe empanar o brilho, para que não se tornem vítimas da inveja destruidora. Numa sociedade dominada pela ideologia igualitarista, é comum que as pessoas sejam levadas a quase se envergonhar da sua competência e do seu dinamismo.

As grandes e reais vítimas da sociedade igualitária, ou que aspira à igualdade, são os seus membros mais competentes. São os que estão acima da média que perdem no afã de reduzir todos à média niveladora. Fernández de la Mora coloca a questão assim: “igualdade se alcança mais facilmente eliminando a patente de todos os oficiais do que promovendo todos os soldados” (p. 107). Os melhores acabam sendo perseguidos, não pelos defeitos que tenham, mas pelo que de melhor possuem. Essa a tragédia.

O lema que Fernández de la Mora nos propõe é: “Faz o que tens de fazer, e faze-o melhor do que qualquer outro!” (p. 121). Quanto longe estamos da época em que se estimulava a criança a dar o melhor de si para que qualquer coisa que realizasse fosse o melhor: “Sê bom em tudo o que fizeres”. Hoje, os pais não se sentem à vontade para exigir de seus filhos que sejam os melhores naquilo que fazem, ou, pelo menos, que façam o melhor que puderem. As crianças, já infeccionadas pela ideologia igualitarista, protestam, alegam-se “pressionadas”. Nas escolas, os mais inteligentes e esforçados escondem seu brilhantismo, para não serem invejados e hostilizados, ocultam seu esforço, para não serem ridicularizados, afirmando que nada estudaram e que o desempenho superior é decorrente de pura sorte!

Hoje, as crianças se contentam (ou mesmo disso se orgulham) em ser tão iguais às outras quanto possível: o corte do cabelo, o penteado, as roupas, os sapatos, o modo de falar, as músicas que ouvem, os vídeos e filmes a que as-

sistem, as “revistinhas” que lêem, os barzinhos que freqüentam, o desejo de gratificação imediata, a desambição, tudo é igual. Pode-se quase dizer que as crianças caminham rapidamente para o ponto em que serão intercambiáveis: não vamos mais ser capazes de notar se quem está em casa hoje é minha filha ou a sua (ou talvez seu filho!) — pior ainda: não vai fazer muita diferença!<sup>25</sup>

Fenômeno mais complexo ainda é o desaparecimento de diferenças nos papéis de pais e filhos, o igualitarismo levado para dentro da família. No início de 1981, Neil Postman, em um artigo intitulado “The Day our Children Disappear: Predictions of a Media Ecologist”<sup>26</sup>, predizia o desaparecimento das crianças (enquanto categoria). A televisão, segundo ele, tende a fazer adultos de todos. Não há mais assuntos e problemas próprios de adultos. Tudo o que era tabu para crianças foi desmistificado e é apresentado em nossa sala de visitas, em horário nobre e em cores: violência, morte, homossexualismo, incesto, infidelidade, adultério, promiscuidade, divórcio, sadomasoquismo, corrupção.

Mas Postman, embora corretamente identificando a tendência igualitarista da sociedade atual, parece ter errado ao defini-la como a “maturação” das crianças: o que está havendo parece mais ser a “infantilização” dos adultos. O semanário francês *L'Express*, em edição recente, publica, em artigo de capa, o resultado de uma sondagem, com o título “Tout ce que Pensent vos Enfants ... Sans Jamais Oser vous en Parier”<sup>27</sup>. Eis uma das principais reclamações dos filhos aos seus pais, expressa nas palavras de dois adolescentes. O primeiro: “Vocês se tomam por jovens: vestem-se como nós, falam como nós. Isso é meio ridículo, não é verdade?”. O segundo: “A gente freqüentemente escuta: “Fulano se toma por seu pai”. A verdade, em geral, é o inverso: é o pai que brinca de ser filho”. Jovens perceptivos, esses. O artigo termi-

na com um apelo aos pais: “Coragem, envelheçam!”. O psicanalista Tony Anatrella comenta a reação dos jovens:

“... A geração dos anos 60 não interiorizou a paternidade e a maternidade. ... Os pais não desempenham seu papel: são pessoas que cresceram e se fecharam dentro do mito da eterna juventude. A sociedade adulta se tornou incapaz de propor pontos de referência aos jovens. Sem esses pontos de referência os adolescentes têm dificuldades para construir sua própria identidade. ... Os adultos continuam a viver sua adolescência através de seus filhos — recusam-se a declará-la terminada. Para isso, construíram o mito da igualdade: somos amigos, não pais e filhos. Como é que os jovens podem definir sua identidade nessas condições? Há trinta anos, as imagens do pai e da mãe eram fortes — e contestadas. Hoje, são fluidas. Nos anos 60, os filhos se revoltavam contra os pais. Hoje eles os procuram. Onde estão? Quem são eles?”<sup>28</sup>

Mas deixemos de lado esse parêntese sobre a relação pais-filhos e voltamos ao problema do igualitarismo entre os jovens de hoje. Na escola, inclusive na universidade, ninguém quer se destacar, até porque não há a menor recompensa para quem se destaca: basta, quando muito, fazer o mínimo para “ir levando”. Fazer mais do que (o pouco que) se exige é “careta”. Ler, pelo prazer de ler ou para aprender algo que não se ensina na escola, é perda de tempo. O tempo, este precisa ser usado em conversas tão infrutíferas quanto intermináveis, seja ao telefone, seja em grupos. Nunca se falou tanto e se disse tão pouco quanto entre os jovens de hoje. Da mesma forma que não consegue ficar calado, o jovem de hoje não consegue ficar só. Seu símbolo, por excelência, é uma “turma” falando “abobrinha”. Quem, nadando contra a corrente, se destaca, acaba por se isolar ou por ser isolado, não consegue se “enturmar”. Os orientais (que geralmen-

te são calados) parecem ser os únicos jovens que ainda dão valor ao sucesso, tanto na escola como fora dela<sup>29</sup>.

## Conclusão: e a universidade?

Os partidos políticos que defendem o igualitarismo, principalmente os inspirados pelo marxismo, adotaram a tática de chegar ao poder não através do apoio maciço do proletariado, mas sim através da cooperação dos chamados *intelectuais* (entre os quais se incluem homens de letras, artistas, jornalistas e professores universitários). Pouco importa que essa tática contradiga os postulados básicos do materialismo histórico. Sua aplicação prática envolve controle dos órgãos formadores da opinião pública, como os meios de comunicação de massa e as instituições educacionais, principalmente as universidades (p. 107). A universidade, como *alma mater* de todo o processo educativo e, conseqüentemente, das profissões, e como o celeiro onde se escondem cientistas, homens de letras, artistas, políticos em potencial etc., é a instituição preferida aos igualitaristas. Por isso, tomaram-na de assalto.

O que falta em competência intelectual dos igualitaristas universitários sobra-lhes em número, organização e demagogia.

Primeiro, quanto à questão numérica. Na universidade pública brasileira, enquanto os professores que acreditam na competência e no mérito se ocupavam de suas pesquisas e de suas aulas, os igualitaristas se encarregavam da política — e de multiplicar-se como coelhos (p. 107). Usaram a tática de criar mais e mais disciplinas sobre os mesmos surrados temas, para pressionar a administração a contratar mais professores para ensiná-las. Quando não havia mais como inventar disciplinas, inventaram princípios pedagógi-

cos que, de uma tacada, criam a necessidade de outro tanto de professores. Exemplo: uma sala de aula com mais de 30 alunos não condiz com as condições mínimas de aprendizagem.

Ainda sobre o problema de números, é fato sobejamento sabido que professor, via de regra, não dá muita atenção a funcionário, dentro da universidade. Mas como foi impossível conter as demandas dos funcionários, e, assim, limitar aos docentes o igualitarismo dentro da universidade brasileira; funcionários acabaram por tornar-se politicamente importantes como potenciais aliados — afinal de contas, eles também votam e (acreditam os professores) são mais facilmente manobráveis do que os alunos. O resultado da participação dos funcionários na política universitária foi uma inflação também no seu número dentro da universidade. Para dar um exemplo, hoje a Unicamp, que tem 1 professor para cada 5 alunos, tem cerca de 0,77 funcionários para cada aluno! Acredito que seja recorde mundial. Se somarmos os números de funcionários e professores, a Unicamp chega bem perto de 1 funcionário/professor por aluno, mesmo quando é excluído do cômputo o pessoal de obras (que, se incluído, faz com que o número seja maior do que 1)<sup>30</sup>.

Mas números, em si sós, não significam tanto. É preciso organização. Nesse aspecto, os partidos políticos que vivem da exploração do ópio igualitarista se estruturam para dar aos seus militantes dentro da universidade as condições de ali ganhar e exercer o poder. Conseguiram. As universidades públicas brasileiras, hoje, são propriedade da esquerda igualitarista, que delas dispõe a seu bel-prazer. O governador Orestes Quércia, em São Paulo, com seu decreto concedendo autonomia às universidades, abdicou do direito — eu diria mesmo do dever — de exercer um certo controle, em nome da população que o elegeu, sobre o que se passa dentro das universidades e sobre como é gasto o dinheiro do povo paulis-

ta ali aplicado. Hoje, as universidades paulistas não prestam contas a ninguém.

A ideologia demagógica que permitiu aos igualitaristas obter o poder dentro da universidade foi o democratismo. Negligenciando o fato de que a universidade é uma instituição hierárquica, organizada em função do saber que uns detêm e outros (pelo menos em princípio) aspiram a obter, os igualitaristas “democratizaram” a universidade. Multiplicaram o número de órgãos colegiados e neles deram representação aos três segmentos da comunidade universitária. É verdade que a representação não é igualitária: professores têm uma representação muito maior (em números absolutos e relativos) do que funcionários e alunos. Além disso, apesar da “representatividade” dos órgãos colegiados, tudo o que importa é decidido fora deles, por voto comunitário de que participam os três segmentos — novamente, com um peso maior para os professores. A votação “paritária” (em que o voto de cada um dos três segmentos vale um terço do total) é vista pelos professores como muito arriscada (afinal, os alunos são meio imprevisíveis e podem se unir aos funcionários, e daí só Deus sabe o que pode acontecer) e a votação “universal” (em que cada indivíduo tem um voto com o mesmo peso), então, é considerada como inadmissível pelos docentes.

A prática política dos intelectuais defensores do igualitarismo dentro da universidade nos mostra que eles reconhecem que há nela alguns que são “mais iguais do que os outros” (a saber, eles mesmos, os professores). Eles procuram negar, porém, que, dentro da categoria docente, haja, e deva haver, uma real hierarquia de competência. Dentro dela tudo tem, segundo eles, que ser decidido por voto universal — isto é, segundo a vontade da maioria que, em grande parte dos casos, não obteve sequer o seu doutorado porque seu maior mérito é votar por cabresto, vo-

tar segundo a determinação do partido.

O resultado disso tudo? Diz Fernández de la Mora: “Aqueles que se rebelam contra a subserviência ideológica, comumente os melhores, são eliminados ou ostracizados” (p. 107).

O igualitarismo na política universitária talvez não trouxesse tantos problemas se não acabasse sendo levado para a sala de aula: “A transmissão da cultura foi deixada nas mãos dos comentaristas do catecismo partidário”, diz Fernández de la Mora (p. 107). Os docentes “orgânicos” de hoje não hesitam sequer diante de fazer proselitismo político-partidário na sala de aula, em horário que deveria estar sendo dedicado ao ensino. Fazem-no desavergonhadamente, especialmente em momentos pré-eleitorais.

Alguns que não repetem a letra do catecismo igualitarista tentam praticar e inculcar o seu espírito. O igualitarismo na sala de aula é tipicamente representado (principalmente na área de Humanas) pelo professor que chega diante de seus alunos e diz algo (mais ou menos) assim: “Há os que pensam que sabem mais do que outros. A verdade é que todos somos iguais em nossa ignorância. Aqui vamos aprender juntos. A opinião de todos e de cada um terá o mesmo valor. O importante é dizer alguma coisa, não o que é dito”. Os jovens, que já não têm como definir a sua identidade porque seus pais se comportam como colegas, encontram na universidade professores que igualmente abdicam do seu papel.

O pior é que muitos dos alunos que permanecem na universidade acabam por acreditar no evangelho igualitarista<sup>31</sup>. Os que não acreditam muitas vezes saem da universidade para manter sua sanidade mental. Se lhes falta coragem para tanto, permanecem, mas violentados, que realmente foram. Como muitas das vítimas de violação, acabam freqüentemente neurotizados.

Tudo na vida tem seu preço. Se comemos dieta inadequada por muito tem-

po, nosso corpo acusa os resultados. Quando a comida é muito ruim, ou estragada, o estômago chega mesmo a se recusar a digeri-la e a pôe para fora. O que nos leva a pensar que a nossa mente possa engolir qualquer porcaria impunemente? Estamos submetendo os nossos jovens, em nossas universidades, a uma dieta intelectual que os leva a esconder sua competência, a disfarçar suas virtudes, a se desculpar por suas realizações, que os incentiva não a buscar o melhor e a dar o melhor, mas

a nivelar por baixo. Fingir que se é bom é errado, mas é até desculpável, perto do cúmulo que é fingir que se é ruim. E depois nos indagamos por que tantos jovens procuram a droga. Ou por que o suicídio está tornando-se uma das principais causas de morte nessa faixa etária<sup>32</sup>. É possível destruir a mente e o amor próprio de um jovem com essa dieta intelectual — mas não é possível forçá-lo a viver com o que lhe resta.

## Notas

1. Traduzido do espanhol por Antonio T. de Nicolás, publicado por Paragon House Publishers, Nova York, 1987. A edição original, *La Envidia Igualitaria*, foi publicada em 1984 por Editorial Planeta, em Barcelona, Espanha. Números em colchetes se referem a páginas da edição americana. Mora nasceu em Barcelona em 1924, estudou direito e filosofia em Madri e Bonn e foi diretor da Escola Diplomática e ministro do governo espanhol. É presidente de um periódico bimensal chamado *Razón Española* e autor de 16 livros, entre os quais um sobre ideologia e outro sobre partitocracia. *La Envidia Igualitaria* é o primeiro livro seu traduzido para o inglês.

2. Embora o asceta possa deixar de desejar bens materiais, ele certamente deseja bens imateriais, como paz de espírito, santidade etc. É difícil imaginar que alguém consiga livrar-se de todo de qualquer desejo, e que seja, portanto, absolutamente feliz pela ausência total de desejos.

3. Se encararmos as coisas de um prisma meramente quantitativo, somos forçados a concluir que muitas vezes, por mais felizes que sejamos (i.e., mesmo que tenhamos um grande número de desejos satisfeitos), um só desejo insatisfeito pode ser causa de grande miséria (desde que seja considerado importante).

4. A observação dos outros certamente não é a única fonte de objetos do desejo: a imaginação, a criatividade, a inventividade, também o são. Qualitativamente, estas têm a vantagem de nos fornecer objetos de desejo “de primeira mão”, enquanto aquela nos traz objetos de desejo “de segunda mão”. Quantitativamente, porém, a maior parte dos desejos da maioria das pessoas é sugerida por sua observação dos outros.

5. A atitude de emulação é positiva como ponto de partida e em comparação com as alternativas aqui descritas. Contudo, é preciso não parar na emulação, pura e simples: é necessário desejar ir além, ultrapassar, ser mais, para que haja inovação e progresso (cf. 185).

6. A atitude de asceticismo pode ser vista como uma variante da atitude de resignação: só que a atitude ascética procura eliminar/sublimar o desejo ao invés de meramente resignar-se à sua não-satisfação. Poderíamos até dizer que o asceta procura fazer do que ele percebe como necessidade o que ele considera uma virtude. Contudo, ao lado desse aspecto negativo da resignação, essa atitude pode ter um aspecto mais positivo, que é aprender a viver com o desejo não-satisfeito, educar-se para apreciar a felicidade dos outros, ser feliz “vicariamente” (como os pais supostamente são, quando os filhos são felizes). Fernández de la Mora dá bastante ênfase a essa estratégia como uma fórmula de combater a inveja (pp. 121-24).

7. O livro termina com esta afirmação: “A destrutiva inveja igualitária é responsável pelas páginas mais negras de nossa história; a emulação, que é hierárquica e criativa, explica seu esplendor” (p. 186).

8. Não consegui encontrar nenhuma evidência de que Fernández de la Mora tenha lido Ayn Rand. Os paralelismos, porém, em alguns aspectos, são surpreendentes (embora haja, em outros aspectos, contrastes importantes). Em incisivo artigo, intitulado “The Age of Envy”, Rand observa que, apesar de *inveja* não ser o termo preciso para descrever a nossa época, não existe outro que descreva “a manifestação mais clara de uma emoção que tem ficado sem nome: ... o ódio do bom por ser ele bom”. O artigo de Rand, que originalmente apareceu em sua *Newsletter*, está republicado em *The New Left: The Anti-Industrial Revolution* (New American Library, Signet Books, Nova York, edição revista, 1971), pp. 152-86. A citação foi tirada das pp. 152-53. Talvez Rand tenha achado que o termo *inveja* não se aplicasse bem ao sentimento em questão porque considerasse, como muitos, que inveja incluía o que Fernández de la Mora chama de *emulação*, ou mesmo que com isso se identifique. No cotidiano, quando alguém adquire algo igual ao que ou-

tra pessoa já possui, é comum dizer-se que agiu por inveja. Fernández de la Mora — e aqui está a originalidade da sua contribuição — não usa o termo *inveja* neste caso, e apela para uma quantidade enorme de material histórico para justificar a sua postura. O sentimento de querer ter algo que outros têm, ou de querer ser o que outros são, é um sentimento que está longe de ser negativo e de merecer as condenações que a inveja recebeu ao longo do tempo, dos pré-socráticos aos contemporâneos (querer ser tão santo quanto São Francisco de Assis, por exemplo, nunca foi condenado como inveja — pelo menos que eu tenha conhecimento). O sentimento que sempre foi condenado por moralistas, filósofos e teólogos inclui o desejo de que os outros percam o (bem material ou imaterial) que possuem e que desejamos — inclui o que Rand chama de “o ódio do bom por ser ele bom”. Por isso a inveja esteve freqüentemente associada ao “mau-olhado” (que supostamente transmite azar e causa mal à pessoa a quem é dirigido).

9. “Justiça é a adjudicação de bens sociais em proporção à contribuição de cada membro da sociedade” (p. 95; cf. p. 184).

10. “Justiça social” é “dar a cada um uma parte proporcionada da renda coletiva, independentemente do comportamento individual”, ou “sem consideração aos méritos e deméritos de cada um” (pp. 184, 95; cf. 93-95), ou apenas “segundo suas necessidades”, não segundo o seu trabalho, para usar a fórmula marxiana: “De cada um segundo suas habilidades e a cada um segundo suas necessidades” (p. 133). A fórmula se encontra na primeira seção da *Crítica do Programa Gotha*. Vide “Critique of the Gotha Program”, em *Marx & Engels: Basic Writings on Politics and Philosophy*, editado por Lewis S. Feuer (Doubleday & Company, Inc., Anchor Books, Nova York, 1959), p. 119. O programa criticado foi o do congresso unido dos dois partidos socialistas alemães que se realizou em Gotha, em 1875.

11. Não só a inveja se mascara de justiça social, como a justiça social, para disfarçar sua postura igualitarista, freqüentemente faz apelo a definições totalmente *ad hoc* de conceitos tradicionais e insuspeitos, como, por exemplo, do conceito de *cidadania*. Tendo o conceito de igualdade sofrido certo desgaste ao longo do tempo, o igualitarista afirma que o objetivo da justiça social é dar a todos condições de exercer sua cidadania. Quando, porém, se esclarece quais são essas condições, constata-se facilmente que o conceito de cidadania foi redefinido e inflacionado de tal modo que contém tudo aquilo que o conceito de igualdade real significava.

12. Corroboram essa afirmação as histórias dos muitos “milionários da Loteca”, que continuam tão pobres como antes.

13. A reação de muitos pobres ao confisco monetário promovido pelo presidente Collor no primeiro dia do seu governo (16.3.90) foi a de celebrar, porque a partir daquele dia todo mundo estaria igualmente pobre. A celebração diminuiu quan-

do muitos deles começaram a perder seus empregos porque os ricos não tinham mais como lhes pagar os salários.

14. Cf. Ayn Rand, *op. cit.*, loc. cit., p. 165: “Visto que a natureza não dota todos os homens de igual beleza ou inteligência, e seu livre arbítrio os leva a fazer escolhas diferentes, os igualitários propõem eliminar a “injustiça” criada pela natureza e pela volição e estabelecer uma igualdade *de fato*. ... Visto ser atributos ou virtudes pessoais não podem ser “redistribuídos”, eles procuram privar os homens de suas conseqüências — ou seja, das recompensas, dos benefícios, e das realizações decorrentes dos atributos e virtudes pessoais”.

15. Fernández de la Mora dá, como data, 1734 (p. 177). A data correta, porém, é 1754.

16. O autor atribui o dito “ao poeta romântico Young”, sem esclarecer a que Young se refere. Há mais de um Young, poeta: Edward Young, no século XVIII, e Francis Brett Young, no século XX, por exemplo.

17. Diz Jean-Claude Casanova, em sua coluna semanal no *L'Express*: “O triunfo do capitalismo (sobre o comunismo) se lê no espetáculo que oferecem seus adversários. Que não se encontre, em Moscou, nem sabão nem açúcar surpreende menos do que a derrocada intelectual que transparece nos discursos dos líderes soviéticos, ao fazerem o elogio do Ocidente, da liberdade de preços, da convertibilidade de moedas, da privatização de empresas. Se, segundo a fórmula de Marx, a teoria do comunismo se resume na frase ‘a abolição da propriedade privada’, o desmoronamento do comunismo também se resume em uma frase: a ‘restauração’ dessa propriedade” (edição internacional n.º 2043, 07.09.90, p. 30). A frase a que se refere Casanova é, naturalmente, a da segunda seção do *Manifesto Comunista*, onde Marx e Engels dizem: “A característica que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. ... Neste sentido, a teoria dos comunistas pode se resumir em uma só sentença: abolição da propriedade privada”. Vide Harold Larski, *On the Communist Manifesto: An Introduction with the Original Text and the Prefaces* (Random House, Vintage Books, Nova York, 1967), p. 151.

18. O livro foi escrito antes do desmantelamento dos regimes comunistas dos países do Leste Europeu e da atual crise da União Soviética. Mas, para dar um exemplo, o estilo de vida de Ceausescu e sua família na Romênia, amplamente divulgado pelos meios de comunicação internacionais, plenamente comprova a afirmação do autor.

19. Fernández de la Mora não usa as expressões “igualdade substantiva” e “igualdade formal”. Para uma discussão dessa distinção, cf. Sanford A. Lakoff, *Equality in Political Philosophy* (Beacon Press, Boston, 1964), p. 6. Os defensores da igualdade substantiva afirmam, via de regra, que os homens realmente são iguais. Os defensores da igualdade formal geralmente afirmam

apenas que os homens devem ser considerados iguais, ou tratados (pelo governo, pela lei) de forma igual, isto é, não-arbitrária e imparcial (apesar das desigualdades que obviamente exibem).

20. “É uma coisa exigir que todos os corredores em uma corrida comecem no mesmo lugar e ao mesmo tempo, e outra coisa impedir que desigualdades apareçam no curso da corrida, separando o campeão dos que perdem ou abandonam a corrida. Igualdade de oportunidade é nivelamento na partida, mas não na chegada” (p. 181).

21. Londres, 1958, principalmente p. 85. Tirei a referência e a citação de Lakoff, op. cit., p. 240.

22. Entre esses direitos políticos fundamentais incluem-se apenas os direitos individuais, não os chamados “direitos sociais”, que os igualitaristas conseguiram introduzir na nova *Constituição Brasileira* (título II, capítulo II), que nada mais são do que instrumentos empregados para tentar concretizar a igualdade real. A concessão que Fernández de la Mora faz ao admitir “direitos econômicos” abre a porta para o reconhecimento da legitimidade desses chamados “direitos sociais”. Uma vez reconhecidos alguns, é virtualmente impossível parar. Os igualitaristas vão pressionar para o reconhecimento de outros direitos: direito à educação, direito à assistência médica e hospitalar, direito ao trabalho, direito ao salário-desemprego, direito à moradia (de quantos quartos?), direito ao transporte, direito ao ar puro, direito a uma vista da sacada do apartamento, direito ao orgasmo, etc. etc.

23. *A Folha de S. Paulo*, que dificilmente pode ser acusada de direitista ou mesmo de livre-mercadista (exceto quando se trata da liberdade de importar papel-imprensa e equipamentos eletrônicos e mecânicos para edição, impressão e distribuição de jornais), noticia, em sua edição de 03.09.90, com chamada na primeira página, a última onda de protestos na União Soviética. A matriz parece seguir o mesmo caminho de seus ex-satélites. Protestariam os soviéticos contra a falta de comida ou de gêneros de primeira necessidade? Não: “Soviético faz protesto para ter cigarros”, diz a manchete. O protesto, que chegou a envolver violência, com mais de uma centena de presos, várias lojas e carros destruídos, é também contra a falta de vodka: as bebidas alcoólicas estão racionadas. Uma fotografia mostra uma enorme fila de soviéticos enfatiados, cuja fisionomia demonstra qualquer coisa menos felicidade, aguardando a sua vez de comprar bebidas alcoólicas. O mercado de cigarros e bebidas está “desabastecido”. As autoridades estão negociando a importação de cigarros — da Índia! Tanta é a carência que cigarros importados viraram moeda forte. Motoristas de táxi pedem que estrangeiros paguem a corrida em dólares ou então em maços de cigarro. Um maço de Marlboro é vendido no mercado negro por 20 rublos — o equivalente a 32 dólares, no câmbio oficial, ou a

8% do salário mensal médio do trabalhador soviético que, segundo a *Folha*, é de 250 rublos. Anúncios classificados em jornais propõem a troca de cigarros (em total equivalente a 30 mil rublos por “automóveis alemães-ocidentais”). A que cúmulo chegamos. Será que alcançamos o fundo do poço ou reservam-nos ainda mais surpresa os campeões do igualitarismo?

24. “Hereditariedade, o meio ambiente e a vontade são as causas da capacidade desigual entre os homens” (p. 102).

25. O que meramente insinua no último parágrafo é outro sintoma do igualitarismo: o desaparecimento de papéis sexuais distintos para o homem e a mulher, consubstanciado nos vários movimentos *gays* e mesmo nas formas mais radicais de feminismo. Enveredar por aí, porém, iria nos levar muito longe.

26. *Phi Delta Kappan*, janeiro de 1981, pp. 382-86.

27. Edição internacional n° 2036, de 20.07.90, pp. 24-31.

28. Op. cit., p. 26.

29. Que os orientais se concentrem maciçamente na área de ciências exatas e engenharia e não na de ciências humanas, pode ser indicativo do fato de que na primeira existe mais preocupação com qualidade e desempenho (e, conseqüentemente, menos preocupação com igualitarismo) do que na segunda.

30. Os dados relativos ao ano de 1989, retirados do Relatório do Quatriênio 1986-1990 preparado pelo ex-reitor Paulo Renato Costa Souza (pp. 11, 66, 71), foram divulgados para a imprensa de Campinas pelo próprio reitor atual, Carlos Vogt (*Correio Popular* de 16.8.90, fl. 4), e são os seguintes: 2 475 professores, 9 689 funcionários técnico-administrativos (excluído o pessoal de obras!), e 12 517 alunos regulares (7 741 de graduação, 3 216 de mestrado e 1 560 de doutorado).

31. Segundo a experiência de professores competentes, o melhor aluno para ensinar é o de primeiro ano, recém-ingressado, orgulhoso da façanha de ter entrado na universidade, motivado para aprender, porque ainda acredita que está na universidade para isso e que seus mestres lhe vão ensinar o que é preciso. Essa esperança não sobrevive a um ano de prática e doutrinação igualitária — geralmente está extinta ao fim do primeiro semestre.

32. O problema da droga é por demais conhecido para necessitar de corroboração. O do suicídio entre jovens não tem merecido tanta atenção. Entretanto, suicídio é a segunda principal causa de mortes entre jovens, depois de acidente com veículos automotores, tanto nos Estados Unidos como na Europa. Na França, três jovens se suicidam por dia — número bem maior do que o dos que morrem por “overdose” acidental. Cf. o artigo “Suicide de Jeunes: les Chiffres qui Font Peur”, em *L'Express*, edição internacional n° 2017, de 09.03.90, pp. 8-9.

**Resumo:** O artigo que toma como ponto de partida o livro *Egalitarian Envy: The Political Foundations of Social Justice*, do autor espanhol Gonzalo Fernández de la Mora, faz uma crítica do igualitarismo, mostrando que igualdade substantiva é impossível e indesejável e que igualdade formal (de oportunidades, diante da lei) é difícil de se atingir. A origem psicológica do igualitarismo está na inveja e sua máscara atual é a doutrina da justiça social. O igualitarismo penaliza os mais competentes e, por isso, resulta em involução social e econômica, visto que a evolução humana é o resultado da ação de minorias superiores e criativas, não do trabalho de massas não-diferenciadas. Alguns dos danos do igualitarismo na esfera educacional são apontados.

**Palavras-chaves:** justiça social, igualitarismo, desigualdade social, elitismo.

**Abstract:** The article, which takes as point of departure the book *Egalitarian Envy: The Political Foundations of Social Justice*, by the spanish author Gonzalo Fernández de la Mora, criticizes egalitarianism, showing that substantive equality is impossible and undesirable and that formal equality (equality of opportunity, equality before the law) is very difficult to attain. The psychological origin of egalitarianism lies in the feeling of envy and its present mask is the doctrine of social justice. Egalitarianism penalizes the most competent and hence produces social and economic involution, since human evolution is the result of the action of superior and creative minorities, not the work of undifferentiated masses. Some of the aspects of the damage caused by egalitarianism in education are indicated.

**Descriptors:** social justice, egalitarianism, social inequality, elitism.

